

Aconteceu

Opção Brasil: nova tentativa de tirar o país da crise

Dia após dia, a crise social se agudiza. Os jornais relatam diariamente a crônica de um país faminto, desesperado e sem rumo. Líderes políticos, sindicais e empresariais, bem como “peões” de porta de fábrica concordam em apontar os maiores responsáveis pelo agravamento da crise brasileira: a ineficiência do governo, a incapacidade do presidente Collor. A adoção imediata do sistema parlamentarista foi vislumbrada por alguns políticos como uma saída possível para a situação de paralisia institucional, mas as pressões de

Collor e dos seus ministros conseguiram derrotar no Senado a emenda constitucional que previa a antecipação para o próximo ano do plebiscito sobre o sistema de governo. Tentativas de articulação surgem na sociedade civil, buscando caminhos possíveis para aliviar a crise.

Algumas dezenas de lideranças de diferentes origens e colorações políticas lançaram em São Paulo o Movimento Opção Brasil, em solenidade que reuniu parlamentares, líderes sindicais, a prefeita de São Paulo e o vice-governador do estado. (Página 2)

Yanomami

A demarcação da terra Yanomami continua adiada *sine die*, por pressões dos militares e interesses econômicos regionais. Página 11

CIACs

O governo federal promete estender o atendimento em tempo integral a outras escolas públicas, além de construir os CIACs (Centros Integrados de Atenção à Criança). Página 14

Dívida Externa

Documento de ONG americana estima entre 20 e 30 bilhões de dólares a transferência anual de recursos da América Latina e Caribe para o primeiro mundo. Página 4

Ennio Brauns



Operários numa fábrica paulista

Morte no trabalho

Embora o número de acidentes de trabalho que são comunicados pelas empresas esteja diminuindo, está aumentando o número de mortes por acidentes de trabalho.

Página 12

Movimento pluripartidário faz propostas contra miséria

Depois de três meses de discussões sobre os problemas nacionais e preocupados com a crise de credibilidade no país, 33 entidades da sociedade civil e cerca de 40 líderes do empresariado, políticos e sindicalistas lançaram dia 11 de novembro, em São Paulo, o Movimento Opção Brasil (MOB). A idéia básica é fortalecer a sociedade civil para cobrar do governo e dela própria soluções eficazes para os problemas nacionais.

O movimento, pluripartidário, tem apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pretende, segundo seu primeiro manifesto, tirar a sociedade brasileira do atual estado de desânimo. As principais propostas do MOB são: redução imediata do custo da cesta básica (pela isenção de impostos sobre os produtos); reforma tributária que simplifique e evite sonega-

ção; uma nova lei para moralizar as concorrências públicas; transparência nas campanhas eleitorais, com a divulgação dos nomes dos financiadores dos candidatos. "A grande quantidade de dinheiro despejada nos candidatos faz com que eles se tornem reféns de seus patrocinadores quando eleitos", constata o empresário Emerson Kapaz, coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), um dos integrantes do MOB.

Entre os presentes ao ato de lançamento do Movimento estavam também Jair Meneguelli (presidente da CUT), os senadores Mario Covas (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP), os deputados José Genoíno (PT-SP) e José Serra (PSDB-SP), a prefeita de São Paulo Luiza Erundina, o vice-governador do estado de São Paulo Aloysio Nu-

nes Ferreira, os ex-ministros Mailson da Nobrega e João Sayad, o ex-governador Franco Montoro, Lula (presidente do PT), além de representantes da Ordem de Advogados do Brasil, da central sindical CGT e da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Uma delegação do MOB irá nos próximos dias a Brasília para apresentar seus objetivos ao Congresso, à Procuradoria Geral da República e ao Superior Tribunal de Justiça. "Essa visita não deve ser vista como tentativa imediata de aproximação com o governo", avisa Meneguelli, que quer evitar rotular a frente de pacto social ou entendimento. "Vamos primeiro tentar fortalecer a sociedade, discutir e buscar propostas, para depois chamar o governo". (O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo, 12/11/91)

Governo derruba emenda sobre parlamentarismo

Preocupado com a possibilidade de que a antecipação para 1992 do plebiscito sobre parlamentarismo ou presidencialismo pudesse se transformar em um julgamento popular do seu governo, o presidente Fernando Collor abandonou a sua pretensa neutralidade e deu instruções para que os ministros e as lideranças governistas no Senado articulassem a derrubada da emenda constitucional do senador José Richa (PSDB-PR), que propunha a realização do plebiscito 504 dias antes da data prevista na Constituição (7 de setembro de 1993).

A articulação funcionou. Menos de dez dias depois de ter aprovado a emenda com uma folgada maioria (53 votos favoráveis e 15 contrários), em 6 de novembro, os

mesmos senadores rejeitaram-a. Foram 46 sim, 13 não e nenhuma abstenção, mas faltaram três votos para chegar ao mínimo necessário para a aprovação da emenda. Agora, só a aprovação de uma emenda análoga apresentada na Câmara pelo deputado José Serra (PSDB-SP) poderá permitir a antecipação do plebiscito, pregada por todos os partidos progressistas, com exceção do PDT.

Para justificar a mudança da sua atitude, o presidente Collor culpou "meliantes" que teriam "contaminado" o processo da aprovação da emenda quando "tentaram juntar a questão da antecipação do plebiscito à sua vigência a partir do momento em que tenha sido votado". Antes da votação da emenda de José Ri-

cha, o presidente da CUT Jair Meneguelli foi ao Congresso para defender a adoção imediata do parlamentarismo e o *impeachment* (impedimento) de Collor. Ao acusar os "meliantes", o presidente não citou nomes, mas o seu porta-voz Claudio Humberto os identificou como Lula e Meneguelli. O PT anunciou que irá processar o presidente Collor por esta afirmação. As articulações do governo para a derrota da emenda constitucional provocaram também o esfriamento das relações do Planalto com o PSDB. Um problema a mais para Collor, que precisa dos votos dos *tucanos* no Congresso para aprovar a reforma fiscal e o emendão. (CEDI, 11/11/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (Interino): Orlando Joia ★ Jornalista Responsável: Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ Editores Assistentes: Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Luis Menezes (Meio Ambiente) ★ Secretária de Redação: Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feltosa (SP) ★ Documentação e Pesquisa: Ângela Galvão ★ Arte Final: Maria Cristina Ricardo ★ Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

Pesquisa mostra perfil de camelôs

A Associação Comercial de São Paulo divulgou os primeiros números da pesquisa *Ambulante: que comércio é este?*, realizada em conjunto com a Prefeitura, traçando um perfil sócio-econômico dessa parcela da economia informal da Capital.

Foram entrevistados 500 moradores, 350 comerciantes e 350 ambulantes, em sete regiões da cidade. 66% dos camelôs entrevistados ganham até Cr\$ 168 mil mensais, vendendo principalmente alimentos (29%), acessórios de moda (29%) e artigos importados (10%). Dos ambulantes entrevistados, 42% trabalhavam antes na indústria, 19% na prestação de serviços e 15% no comércio. Montar um negócio próprio é o sonho de 44% deles.

O outro lado - Do lado da população, boa parte (33%) vê com simpatia a atividade dos camelôs. Apesar de sujarem calçadas e atrapalharem os pedestres, 90% dos

pesquisados defendem o ambulante como um trabalhador que deve ser respeitado como tal. Já entre os comerciantes, 44% consideram muito ruim para seus negócios a presença desse comerciante informal nas ruas da cidade.

Segundo o presidente da Associação Comercial, Lincoln Pereira, a pesquisa visa à coleta de subsídios para o encaminhamento de soluções para a questão, lembrando que a cidade já tem legislação sobre o assunto.

Legislação e recessão - Técnicos da Prefeitura reconhecem que o problema é grave, e que vem se expandindo com o agravamento da crise econômica no país. Também o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), aponta o crescimento do desemprego e o arrocho salarial (entre 1985 e 1991 os salários perderam metade do valor real)

como causas fundamentais para o crescimento do comércio clandestino. Os ambulantes cadastrados pela Prefeitura, que no período de 1983 a 1988 mantiveram-se em torno de 4,8 mil, já são 9,1 mil em 1991, estimando-se ainda a existência de 6 mil outros, não cadastrados.

A legislação que a Associação Comercial quer ver aplicada refere-se à Lei 11039, de autoria do vereador Bruno Feder (PDS), em vigor desde agosto, disciplinando e estabelecendo critérios para o comércio ambulante. O rigor da lei e a amplitude da crise econômica impediram, até agora, o seu cumprimento. O vereador é o mesmo que, em 1989, apresentou projeto de lei proibindo a atividade de camelôs com menos de sete anos de residência em São Paulo e criando limitações aos migrantes para o acesso a serviços públicos na cidade. (CEDI, 8/11/91)

Brasil: 75% da população nas cidades

O Brasil já tem 75% da sua população nas cidades. São 120 milhões de pessoas morando e tentando sobreviver nos núcleos urbanos e 35 milhões no campo. Essa enorme concentração urbana, comparável às de países do Primeiro Mundo, não trouxe benefícios à população. Ao contrário, aqui as ondas migratórias arrastaram a pobreza do campo para a miséria das cidades.

Esse é o quadro revelado pela pesquisa *Como estão as cidades*

brasileiras, patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Segundo o coordenador do trabalho, François Bremaecker, o quadro de desintegração rural é alarmante. Para ele, um trabalho emergencial sério e prolongado para reter as pessoas no campo pode surtir algum efeito na África ou Ásia, mas na América Latina, especialmente no Brasil, já não há mais o que fazer.

As marés migratórias são crescentes e avassaladoras, varrendo o

país em todas as direções. Entre 1960 e 1970, 900 municípios perderam população; de 1970 a 1980 foram 1.300 e, entre 1980 e 1991, 1.500 municípios viram seus habitantes fugir.

O universo de 534 municípios com mais de 50 mil habitantes pesquisados pelo Ibam, representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas concentram 61,2% da população do país. (Jornal do Brasil, 3/11/91)

Surge a maior zona mundial de comércio

Após 14 meses de difíceis negociações, os doze países da Comunidade Econômica Européia (CEE) e os sete da Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), concluíram, no final de outubro, um acordo criando uma zona de livre comércio.

Com isso surge a Área Econômica Européia (EEA), estendendo-se do Ártico ao Mediterrâneo, envolvendo um mercado de 380 milhões de consumidores. Em 1990,

esse bloco de países foi responsável por 47,2% das exportações mundiais e 46,4% das importações. O acordo é o maior e mais recente exemplo da crescente regionalização do sistema comercial do mundo. Seus adversários afirmam que a concentração do comércio interno na Europa enfraquece o compromisso com o livre comércio multilateral, consequentemente coloca maiores problemas para as já difíceis negociações da Rodada Uru-

guai do Gatt.

Sob o acordo, a partir de 1993, os produtos dos países signatários terão livre trânsito na zona de comércio comum, sem impostos alfandegários, cotas internas e menores controles nas fronteiras. Os cidadãos desses países poderão viver, trabalhar e prestar serviços em todo o bloco. Os diplomas profissionais serão reconhecidos em todos os países da área econômica. (Gazeta Mercantil, 23/10/91)

Defensores do meio ambiente são premiados

O prêmio Global 500, instituído em 1987 pela ONU para personalidades de todo o mundo que se destacam na defesa do meio ambiente, foi dado este ano ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e ao professor Philip Fearnside.

Betinho foi destacado em função do seu trabalho no Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), do qual é fundador, e também por sua luta em favor dos meninos e meninas de rua, da reforma agrária e pela melhoria da

qualidade do sangue.

Fearnside, pesquisador do departamento de ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) tem centenas de publicações sobre meio ambiente e vem contribuindo decisivamente para denunciar a calamitosa situação do avanço dos desmatamentos e queimadas na Amazônia. O Global 500 já premiou 376 personalidades, das quais 12 brasileiros. (*Jornal do Brasil*, 30/10/91)

Proteção ambiental depende da eficácia da legislação

A eficácia da legislação ambiental, como em outros setores do Direito, depende do grau de conscientização da sociedade que a formulou, e não somente da rigidez das sanções nela prevista.

A conclusão foi tirada por cerca de 600 especialistas nacionais e internacionais, na Conferência Internacional de Direito Ambiental, em outubro no Rio.

A legislação brasileira, vista como uma das mais modernas do mundo, serviu de exemplo de como leis e normas têm dificuldade de ser aplicadas dentro de um país pobre.

"Somos talvez o único país do mundo a dedicar um capítulo intei-

ro da Constituição à proteção ao meio ambiente e agora precisamos colocá-la em prática", afirmou Paulo Affonso Leme Machado, presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente.

A colocação de Machado não é gratuita. A legislação ambiental brasileira, ao criar a figura da ação civil pública (Lei 7.347/85 e Constituição Federal) possibilitou que entidades não-governamentais e membros do Ministério Público pudessem movê-la, em nome dos interesses coletivos, dando soluções práticas e gratuitas a problemas presentes e ameaças ao campo ambiental. Através da ação civil pública, um juiz pode conceder liminar

Semam só recebeu um terço do seu orçamento

O discurso de prioridade ao meio ambiente do presidente Collor não se confirma na prática. A menos de dois meses do fim do ano, a Secretaria Nacional do Meio Ambiente (Semam) recebeu apenas um terço dos recursos aprovados no orçamento de 1991. Um exemplo é a situação do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Dos 320 projetos para financiamento com recursos do Fundo, somente 72 foram atendidos. Os restantes não foram analisados devido à falta de dinheiro. (*Correio Braziliense*, 5/11/91)

imediatamente, sem ouvir as partes envolvidas no caso, impedindo a ocorrência de um dano ambiental ou obrigando o agente a repará-lo.

Um dos primeiros usos desse instrumento jurídico no Brasil foi em 1989, para proibir a comercialização do combustível com metanol no Rio de Janeiro.

A Conferência Internacional de Direito Ambiental, incluída na agenda oficial preparatória para a Rio-92, propôs a criação de um fundo financeiro internacional para a proteção à biodiversidade e a formação de uma comissão da ONU para a defesa do meio ambiente. (*Gazeta Mercantil*, 1/11/91)

Dívida externa gera pobreza e degradação ambiental

Desde 1982, a América Latina e o Caribe vêm transferindo entre US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões líquidos por ano para os países desenvolvidos, acumulando uma dívida externa total de US\$ 424 bilhões. Essa sangria, somada à fuga de capitais, priva os países dos recursos necessários aos programas sociais básicos e intensifica o uso dos recursos naturais não renováveis.

Os dados da ONU constam do documento *Pacto por um Mundo Novo* coordenado pelo World Resources Institute, ONG norte-americana, divulgado simultaneamente no Brasil, EUA, Canadá, Argentina, México, Venezuela, Chile, Costa Rica, Panamá e Caribe.

O documento, visando a discussão prévia das questões que serão debatidas na Rio-92, propõe aos líderes do continente americano um

pacto para reduzir a pobreza, preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável da região.

São oito as iniciativas propostas: proteção das florestas, aumento da eficiência energética, combate à poluição, redução da pobreza, estabilização da população, ampliação da capacidade científica e tecnológica, promoção do comércio e do investimento e fornecimento de recursos financeiros.

No Brasil, estão encarregados de promover o pacto o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner (PDT) e a presidente da Funatura, Maria Tereza de Pádua.

O documento aponta que em 1990 existiam pelo menos 204 milhões de pessoas pobres na América

Latina e Caribe, e 44% da força de trabalho estavam desempregados ou subempregados. Entre 1981 e 1990, a renda real per capita caiu quase 1% ao ano, e os salários sofreram uma deterioração de 50% ou mais.

Os recursos para tornar viáveis as iniciativas do Pacto viriam de um "ecofundo" criado pelos governos da América e administrado por uma entidade de âmbito continental. Uma das propostas é criar um imposto especial para os poluidores. Outra é a redução, nos próximos cinco anos, de 20% do orçamento militar dos países do continente. Esse corte representaria uma economia de US\$ 50 a US\$ 60 bilhões ao ano, que os governos se comprometeriam a utilizar na redução da dívida e em estratégias de desenvolvimento sustentável. (*O Estado de S. Paulo*, 29/10/91)

Erosão ameaça rios e área cultivada em SP

O estado de São Paulo é pontilhado por seis mil voçorocas - grandes fendas no solo produzidas pela erosão - que podem ultrapassar um quilômetro de comprimento e dezenas de hectares. Cerca de 90% da camada de terra superficial já foram removidas e pelo menos 80% da área cultivada passa por processos erosivos além de suas possibilidades de auto-recuperação.

Este é o quadro apontado por um estudo em fase de conclusão, realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. O projeto, iniciado em 1985, faz um diagnóstico da erosão no estado, detecta áreas mais sensíveis e as bacias hidrográficas que sofreram maior impacto com o carreamento de material sólido para os rios.

Os técnicos estimam que seria necessário comprometer 40% do orçamento do estado para a execução de obras de estabilização das seis mil voçorocas de São Paulo.

Entre essas obras constam projetos de terraplenagem, drenagem e engenharia para a contenção das encostas degradadas.

A prevenção de voçorocas, alerta o IPT, pressupõe leis mais rígidas quanto à ocupação dos solos, orientação aos loteadores e construção de rede de drenagem adequada.

A erosão é responsável, ainda, pelo assoreamento de grande parte dos rios do estado, fenômeno que amplia a frequência de enchentes, afeta a fauna e a flora e promove a perda da capacidade de armazenamento de água. Aproximadamente 70% do estado é altamente suscetível à erosão. A situação é especialmente crítica na região oeste, onde predominam os solos arenosos e os índices de desmatamento e ocupação das encostas são muito altos. Os municípios de Presidente Prudente, Dracena, Presidente Epitácio, Tupã e Marília estão nas áreas de maior risco. (*Gazeta Mercantil*, 6/11/91)

Japão está disposto a investir em conservação ambiental

O Japão está disposto a investir em conservação ambiental até o dobro do que contribuiu para a Guerra no Golfo (cerca de US\$ 12 bilhões), segundo o ex-primeiro ministro Noburu Takeshita, chefe de uma das cinco facções do Partido Liberal

Democrata, o maior do país.

A notícia representa uma vitória do secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong, que em julho último encarregou Takeshita da organização da Conferência de Finanças de Tóquio, em abril de 92, quando serão propostas políticas e mecanismos globais de financia-

mento da conservação ambiental em todo o mundo. No âmbito da secretaria-geral a notícia está sendo encarada como o verdadeiro início da nova ordem econômica mundial.

Nomes como o ex-secretário Robert McNamara (EUA) e Miguel de La Madrid (ex-presidente do México) deverão compor um grupo de trabalho encarregado de detalhar, antes da conferência de abril, como os demais integrantes do G-7 participarão do novo fundo mundial para a ecologia, que Strong espera poder anunciar na Rio-92, em junho próximo. (*Jornal da Tarde*, 6/11/91)

Polêmica sobre o buraco do ozônio

A confusão, muito comum, entre o ozônio da baixa atmosfera e o ozônio da alta atmosfera acabou embaralhando o documento divulgado em reunião realizada na Suíça em outubro. Segundo o documento, a redução da camada de ozônio poderia "compensar" o efeito estufa, uma vez que há evidências de reduções na temperatura da estratosfera nas altas latitudes (mais perto dos pólos), onde estão ocorrendo as "fa-

lhas" na camada de ozônio.

De acordo com o pesquisador Volker Kirchoff, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), isso está teoricamente correto, mas não resiste a uma análise quantitativa. "O efeito do ozônio troposférico (das camadas baixas) sobre a temperatura é incomparavelmente maior do que o efeito do ozônio estratosférico (das camadas

RIO-92

Participação dos municípios garantida na Rio-92

Os 4.500 municípios brasileiros já podem participar da Rio-92 através de projetos ou iniciativas ambientais. A Anamma - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, está autorizada pelo Iclei (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais, órgão criado pela ONU para tornar possível a participação das pequenas e médias cidades do mundo na Conferência do Rio) a selecionar as melhores propostas que participarão de uma premiação especial em junho de 1992.

A Anamma está propondo a formulação de uma agenda de ação regional, partindo do princípio de que nenhuma estratégia global de meio ambiente vai funcionar sem uma agenda coordenada. (*Jornal da Tarde*, 30/10/91)

Rio-92 terá memorial no Riocentro

A prefeitura do Rio de Janeiro construirá no Riocentro (local da Conferência) um marco-memorial utilizando uma área de 3.800 m². O projeto do memorial será escolhido através de concurso nacional. Pretende-se dotá-lo de um centro informatizado, ligado a bancos de dados de entidades ecológicas internacionais, além de um museu que guardará a memória da Rio-92, uma biblioteca, auditório e sala de vídeo.

O marco-memorial será inaugurado em 13 de junho, um dia após o término da Rio-92. (*O Globo*, 28/10/91)

altas), que é muito mais rarefeito", explica o especialista. "A contribuição do ozônio troposférico para aumentar o efeito estufa supera e muito qualquer contribuição que a destruição do ozônio estratosférico possa ter", diz Kirchoff. Em outras palavras, no cômputo geral, o gás está ajudando a aumentar e não a diminuir o efeito estufa. (*O Estado de S. Paulo*, 27/10/91)

Violência no Campo: a situação dos canavieiros

A violência no campo brasileiro já é mundialmente conhecida. Centenas de trabalhadores e lideranças sindicais têm sido mortas nos diferentes conflitos existentes. Uma das categorias de trabalhadores que frequentemente tem sido vítima de variadas formas de violência são os trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar. A superexploração do trabalho de mulheres e crianças, a inexistência de contratos de trabalho regularizados e as constantes denúncias de trabalho escravo são exemplos que evidenciam que a tão decantada modernização da agroindústria sucroalcooleira ainda está longe de atingir as relações de trabalho. (CEDI, 08/11/91)

Crianças trabalham ilegalmente nos canaviais em AL

Cerca de 50 mil crianças e adolescentes entre 6 e 13 anos estão "ajudando" seus pais no corte de cana-de-açúcar em Alagoas. Em sua maioria são analfabetos e trabalham descalços, sem qualquer equipamento de segurança. Seu trabalho é clandestino aos olhos da legislação, não possuindo nenhuma garantia trabalhista. A denúncia é da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas (Fetag-AL), segundo a qual a clandestinidade é gerada porque os usineiros contratam seus trabalhadores no regime de produção, no qual o valor

do salário é dado pelo volume de cana cortada, e onde o trabalho das crianças é fundamental para elevação da renda familiar.

No dia 18 de outubro, o Sindicato dos Usineiros de Alagoas e os 53 sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira do estado fecharam novo acordo coletivo que, como os anteriores, proíbe o trabalho das crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente, recentemente aprovado, estabelece que crianças até 14 anos estão proibidas de trabalhar. (CEDI; *Folha de S. Paulo*, 23/10/91)

Trabalho escravo na Bahia

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia denunciou, na última semana de outubro, a existência de 200 bóias-frias de Alagoas, Sergipe e Pernambuco trabalhando no regime de semi-escravidão no corte de cana-de-açúcar na Usina Aliança, em Amélia Rodrigues, a cerca de 80 quilômetros de Salvador. Os trabalhadores, que foram arrematados

sob falsa promessa de ganhar um salário mínimo, vivem em condições subumanas e sem nenhum tipo de vínculo empregatício com a empresa.

Após visita à Usina, a Comissão formulou uma denúncia de trabalho escravo contra os proprietários à Delegacia Regional do Trabalho e ao Ministério Público. (CEDI; *Diário da Serra*, 26/10/91)

Destilaria é interdita no MS

A Destilaria Cachoeira, localizada no município de Rio Brillante (MS), viveu um período de forte tensão social na última quinzena de outubro, quando centenas de trabalhadores decidiram parar o corte de cana em função dos baixos salários e das precárias condições de trabalho e alojamento. Durante a paralisação, houve conflitos com milícia da destilaria e com a Polícia Militar, que resultou na morte de um trabalhador, Cícero Caetano da Silva, com um tiro na cabeça, e no ferimento de um outro, baleado na perna direita.

De fato, a Destilaria Cachoeira vem, desde 1989, sendo acusada de maus tratos aos canavieiros, que são, em maioria, pequenos produtores provenientes do Nordeste e Minas Gerais. Em maio de 1990, por exemplo, um grupo de trabalhadores alagoanos conseguiu fugir da destilaria e denunciar que estavam sendo mantidos na condição de escravos. O governo do estado, na ocasião, alegava que havia apenas sensacionalismo da imprensa.

Nesta safra novas denúncias surgiram, atestando que a superexploração aos cortadores de cana ainda persiste. O fato novo, e que merece destaque, consiste na interdição da Destilaria por parte da Divisão de Relações do Trabalho do INSS e do governo do Mato Grosso do Sul, após os violentos conflitos ocorridos em outubro. (CEDI; *Diário da Serra*, 28/10/91)

Governo não aceita acordo com sem-terra no PR

Após proposta de acordo envolvendo o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), o Incra e as prefeituras de Bela Vista do Paraíso e Alvorada do Sul (PR) as 70 famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas na Fazenda Ingá aceitaram desocupar a área.

Pelo acordo, assinado no final de outubro, o ITCF e o Incra procederiam à imediata vistoria da área abandonada há mais de 3 anos, a

fim de fixar as condições de uso social da área e agilizar a ação de desapropriação em favor das famílias ocupantes. Ao governo do estado caberia o fornecimento de cestas básicas e lonas para os sem-terra até o assentamento definitivo. Todavia, o governador Roberto Requião não quis assinar o acordo.

Para os deputados do PT que participaram da negociação, se houvesse empenho do governo, o

caso da Fazenda Ingá poderia ter tido o mesmo desfecho da ocupação da Fazenda Santana, em Campo Bonito (oeste do estado), onde se chegou a um acordo entre os sem-terra e o proprietário da área. Na Fazenda Ingá, a ocupação conta com o apoio da comunidade de Bela Vista do Paraíso, visto que nos últimos três anos aquela área deixou de produzir 120 mil sacas de soja e 100 mil sacas de milho. (CEDI, 27/10/91)

☐ **Romaria da terra** Realizou-se no sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte, em 21 de setembro deste ano, a 6ª Romaria da Terra do Sertão, com o objetivo de cele-

brar "a dignidade do trabalhador que lavra a terra e produz o pão". As Romarias do Sertão são promovidas anualmente, desde 1986, pela CPT da região. (CEPFS/PB, 14/10/91)

Leia e assinie

Aconteceu

Pesquisa revela declínio e crescimento de fiéis no Brasil

Pesquisa DataFolha realizada em São Paulo e três das capitais visitadas pelo papa (Salvador, São Luís e Goiânia) revela que se dizem católicos 72% dos entrevistados, vindo em seguida os pentecostais (6%), protestantes tradicionais (4%) e espíritas kardecistas (4%). Os que não têm religião e os ateus já somam 8%. Outras religiões, 5%.

Embora os dados da pesquisa não sejam comparáveis com os censos nacionais do IBGE, é possível inferir que o catolicismo sofreu uma redução significativa a partir de 1980. Censo daquele ano apontava 89% de católicos, contra 3,4% de protestantes tradicionais e 3,2% de pentecostais.

O censo de 1980 indicava uma pequena redução dos católicos em relação ao de 70 (quando somavam 91,8%) e o avanço dos pentecostais. A pesquisa DataFolha confirma essas tendências e revela ainda um crescimento surpreendente dos que não têm religião (1,6% no censo de 80).

O declínio do catolicismo nesse período (que se sobrepõe ao pontificado de João Paulo II, iniciado em 1978) fica claro quando se observa que 91% dos entrevistados disseram ter sido batizados na Igreja Católica. O batismo, porém, não teve seqüência: apenas 68% fizeram a primeira comunhão. Apenas 25% dos católicos foram à missa no fim de semana anterior à pesquisa, e 17% não vão à missa há mais de um ano e 1% nunca assistiu a uma missa.

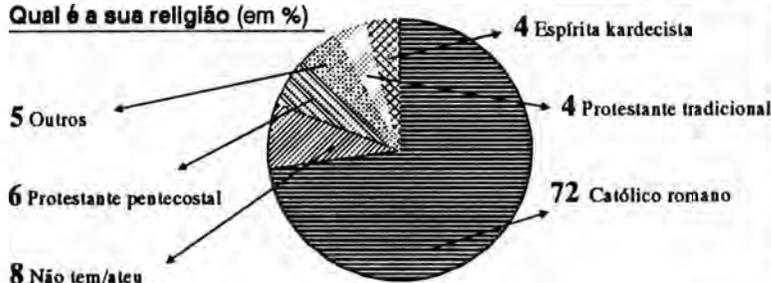
Apesar disso, 71% dos católicos fazem orações todos os dias, e o mesmo ocorre com 78% dos pentecostais, 87% dos protestantes tradicionais e 43% dos que não têm religião. (Folha de S. Paulo, 12/10/91)

CNBB: "Estar empregado é privilégio no Brasil"

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse durante a Semana Social Brasileira, promovida pela entidade para discutir as relações entre capital e trabalho, que o trabalhador brasileiro nunca enfrentou tantas dificuldades como no atual governo. "Hoje, pode-se considerar um privilégio estar empregado", afirmou.

As propostas levantadas durante a Semana pelos cerca de 200 representantes da CNBB serão levadas ao governo. D. Luciano sa-

Qual é a sua religião (em %)



Categorias	Escolaridade			Você foi batizado na Igreja Católica	
	Até 1º grau	2º grau	Superior	sim	
Católico romano	74	70	61	sim	91%
Protestante pentecostal	7	5	2	não	8%
Protestante tradicional	4	3	7	não sabe/não lembra	0%
Espírita kardecista	3	4	12	Você fez 1ª comunhão	
Outros	5	6	4	sim	68%
Não tem/ateu	7	12	14	não	31%
				não sabe/não lembra	19%

Brasil nunca mais

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, pediu aos parentes das vítimas da repressão do regime militar que fiscalizem a classificação das fichas dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), na Polícia Federal (PF), para impedir que as informações sobre mortos e desaparecidos sejam destruídas.

"Eu recebi um telefonema de alguém lá de dentro do Dops, alertando que estão queimando fichas", denunciou o cardeal. Ele celebrou uma missa no Dia de Finados no

Cemitério Municipal de Perus, ao lado da vala onde foram descobertas 1.049 ossadas de presos políticos, há pouco mais de um ano.

D. Paulo disse ter recebido do diretor da PF, Romeu Tuma - a quem comunicou a denúncia - a garantia de que as famílias terão acesso aos documentos, antes que sejam transferidos para o Arquivo do Estado de São Paulo. "Nada tenho a opor à transferência, mas preciso alertar que é nesse traslado que as coisas desaparecem", comentou o cardeal. (Jornal do Brasil, 3/11/91)

lientou, no entanto, que o diálogo dos bispos com as autoridades é "modesto", porque há uma "rotatividade" muito grande no governo. "Mas esperamos sensibilizar os que estão no poder".

A lentidão do governo em oferecer respostas para a recessão, disse o bispo, tem provocado aumento nas taxas de mortalidade infantil, abortos, violência contra menores, esterilização e êxodo rural. Na falta de uma política agrícola e de um projeto de reforma agrária, está ocorrendo um novo êxodo no País,

do sul para o norte, à procura de terras, além de um grande aumento na população das cidades, lembrou o bispo d. Luiz Demétrio Valentine, de Jales (SP).

Entre todos os ministros, afirmou o presidente da CNBB, apenas o da Saúde, Alcení Guerra, tem demonstrado interesse em colaborar com alguns dos trabalhos sociais mantidos pela Igreja Católica, como o atendimento a crianças ativas na clínica "Casa Viva" em São Paulo. (O Estado de S. Paulo, 5/11/91)

Procuradoria impede viagem do bispo Macedo aos EUA

A Procuradoria Geral da República deu parecer contrário a um pedido feito à Justiça pelo bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, a fim de que pudesse viajar aos Estados Unidos no início do mês. O procurador da República Mário Bonsaglia advertiu o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, a quem foi distribuído o pedido, que o "bispo" está sendo processado e poderia não retornar ao País. Seguindo a praxe judiciária, o juiz Rocha Mattos acatou o parecer.

"Nessa fase do processo, a presença de Macedo é muito importante no Brasil. Além disso, sua ausência pode tornar-se definitiva e não podemos correr esse risco", afirmou o procurador da República.

Ele acompanha o inquérito aberto na Polícia Federal para apurar como o "bispo" obteve os US\$ 45 milhões usados na compra da

TV Record. A Polícia Federal suspeita de que houve fraude cambial e investiga a denúncia do pastor dissidente Carlos Magno, de que Macedo teria recebido dinheiro de traficantes colombianos.

Macedo já passou por um interrogatório na Polícia Federal, onde ficou preso por 12 horas e já depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do narcotráfico na Câmara Federal, declarando-se inocente. Carlos Magno deveria ser acareado com Macedo e os pastores que, segundo ele, estiveram na Colômbia para negociar a ajuda com traficantes. No entanto, Carlos Magno não compareceu à audiência marcada para o último dia 8, alegando que sua mulher padecia de uma crise nervosa. Edir Macedo e os pastores foram dispensados e a acareação foi adiada. (*O Globo*, 1/11/91 e *Jornal do Brasil*, 9/11/91)

□ O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, também foi convocado para depor na CPI da Câmara dos Deputados que investiga o tráfico de drogas no País. Ele disse que a divulgação de notícias sobre o tráfico de drogas como meio de enriquecimento rápido pode ser uma forma de incentivo a essa atividade.

O presidente da CNBB pediu que a comissão convoque os donos de veículos de comunicação para depoimento. O arcebispo também sugeriu a criação de um grupo, no Congresso, para atender denúncias sobre narcotráfico. O arcebispo de Mariana (MG) responsabilizou a situação político-econômica do País pelo elevado número de famílias que sobrevive com o tráfico ou o plantio de maconha. (*O Estado de S. Paulo*, 8/11/91)

Evangélicos realizam consulta sobre racismo no Brasil

"Estamos próximos à virada do século e o conceito de *democracia racial*, que é pregado e defendido em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas igrejas, têm demonstrado o oposto: como negros e indígenas somos invisíveis no contexto social, educacional, político, religioso, econômico e tantos outros".

A partir desta reflexão a Igreja Metodista, através do seu Ministério Regional de Combate ao Racismo (RJ), com o apoio da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora), estará realizando a 1ª Consulta Evangélica no Estado do Rio de Janeiro sobre Racismo no Brasil (Rio de Janeiro, 22 a 24 de novembro de 1991).

Maiores informações pelo telefone (021) 245-8000 Ramal 122. (*CEDI*, 8/11/91)

Jesuítas assassinados em El Salvador receberão prêmio póstumo

O Prêmio Carter-Menil pelos Direitos Humanos será outorgado, em caráter póstumo, no dia 8 de dezembro, aos seis padres assassinados em San Salvador, anunciou Dominique de Menil, presidente da fundação que leva o seu nome e o do ex-presidente norte-americano James Carter.

Carter disse que "os seis homens aos quais serão prestadas as homenagens são os exemplos mais eloquentes do significativo com-

promisso de construir uma sociedade de paz e justiça. Eles lutaram, em tempos cruciais, para construir tal sociedade e tiveram que sacrificar as suas vidas".

Dominique de Menil pediu maior atenção para os casos de violações aos direitos humanos que se produzem em vários países centro-americanos, bem como que se apóie o processo de paz em El Salvador e Guatemala. (*Rápidas*, outubro de 1991)

CMI critica situação política no Haiti

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) criticou a destituição do presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide e deplorou a morte de civis inocentes durante o golpe militar.

Em nota oficial o CMI exortou

as autoridades haitianas a restaurarem a ordem democrática e a respeitarem a vontade popular expressada nas eleições de dezembro passado. (*Rápidas*, outubro de 1991)

Igreja Metodista elege novo bispo

O rev. Rosalino Rodrigues é o mais novo bispo da Igreja Metodista. Ele foi eleito no Conselho Regional Extraordinário (São Paulo, 26 de outubro), após a renúncia do rev. Lino Magalhães Leite, e deve atuar na região dos Campos Missioná-

rios, cuja sede fica em Rio Branco (AC). Entre os motivos da renúncia de Lino, destaca-se, segundo ele, a discriminação que os novos bispos (eleitos em julho em Conselho Geral Ordinário) sofreram por parte dos demais.

Segundo Rosalino, o mesmo Deus que o transformara de menino de rua em ministro da Palavra certamente o conduziria no episcopado para onde quer que tivesse que ir. (*CEDI*, 30/10/91)

Funai retira missionários fundamentalistas da terra dos Tupi do Cuminapanema



(Dominique Gallois - Mai/90)

I'hu na Casa dos Missionários, na base para onde a Missão Novas Tribos atraiu os Tupi do Cuminapanema

Funai envia mais sete áreas ao ministro

O Diário Oficial publicou no primeiro dia de novembro as propostas de sete áreas indígenas que o presidente da Funai, Sidney Possuelo enviou ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para serem analisadas e, se aprovadas, receberem portaria ministerial que as declarem de posse permanente.

São as seguintes áreas indígenas:

☐ **Tumiã**, com 124.000 hectares, no município de Lábrea (AM), dos índios Apurinã;

☐ **Jarawara/Jamamadi/Kanamati**, com 383.757 ha, no município de Lábrea (AM), dos 128 índios Jarawara distribuídos em sete aldeias, e dos 146 Jamamadi/Kanamati divididos em 36 grupos locais;

☐ **Betânia** com 121.000 ha, no município de Santo Antônio do Itá (AM), dos 2.185 índios Ticuna distribuídos em quatro aldeias;

☐ **Porto Espiritual** com 3.550 ha no município de Benjamim Constant (AM); dos índios Ticuna;

☐ **Sete Cerros** com 9.003 ha, no município de Coronel Sapucaia (MS), dos Guarani Kaiowá e Nandeva;

☐ **Kariri-Xocó**, com 664 ha, no município de Porto Real do Colégio (AL);

☐ **Caçara**, com 4.220 ha, município Porto da Folha (SE), dos índios Xocó. (CEDI, 11/11/91)

Fazendeiro queima casas dos Makuxi

Na AI Raposa/Serra do Sol (RR) o conflito entre índios e fazendeiros teve mais um capítulo dia 18/10. O fazendeiro Ênio Pereira, acompanhado por um policial civil e vários jagunços, invadiu a aldeia Makuxi de Kurupá queimando várias casas e derrubando cercas. O clima de tensão acirrou-se com a visita dos membros da CPI da internacionalização da Amazônia a Boa Vista, no dia 10/9. Nesta ocasião, o líder dos fazendeiros e ex-presidente da UDR local, José Augusto Soares, ameaçou publicamente retaliar com violência tanto índios como os agentes da PF caso a Área seja demarcada. (A Crítica, 22/10/91)

A Funai acaba de retirar seis missionários da área dos Poturu, uma comunidade de 130 índios, que até 1982 viviam sem qualquer contato com os brancos. O presidente da Funai, Sidney Possuelo, enviou uma equipe para instalar um posto na área e pretende agora desenvolver um trabalho com os índios Tupi do Cuminapanema, conhecidos como Poturu por causa do batoque labial que usam como adereço.

Segundo o presidente da Funai, os missionários nunca tiveram autorização para atuar junto às comunidades isoladas. Possuelo acredita que a Funai deve proteger os índios isolados do contato com os brancos porque até agora essa aproximação só trouxe prejuízo para eles.

Acusados de colocar os índios para trabalhar em roças da missão e de condicionar a ajuda médica à catequização, os seis missionários evangélicos da Missão Novas Tribos do Brasil foram afastados da área, na última semana de outubro. "Nós só deixamos a missão para poupar os índios", garante o pastor Eduardo Luz, que se apresenta como o maior conhecedor da língua e cultura daqueles índios.

O primeiro contato com os Poturu foi feito em 1982 pelos missionários da Missão, organização religiosa norte-americana, e só em 1989 a Funai enviou uma equipe para a região, chefiada pelo atual presidente, que era então o coordenador de Índios Isolados da Funai. (Correio Braziliense, 31/10/91)

FUNAI é contra zona de livre comércio em AI de Roraima

Após aprovação no Senado, o projeto de criação de uma zona de livre comércio na vila de Pacaraima (RR) passou também no último dia 29 pela Câmara dos Deputados. Agora falta apenas a assinatura do presidente Collor.

O projeto, afirma Sidney Possuelo, contraria a Constituição. Instituído uma zona de livre comércio dentro dos limites da AI São Marcos, fere o artigo 231, que estabelece que os territórios indígenas são "inalienáveis e indisponíveis".

Demarcada fisicamente desde

1976, a AI São Marcos recebeu, junto com 70 outras áreas, homologação do presidente Collor no mesmo dia 29 em que a Câmara aprovava o projeto. Nestas circunstâncias, ainda que o presidente sancione sem vetos a criação da área de livre comércio, o Ministério Público pode agir no sentido de se cumprir a Constituição. O problema mais grave para os índios Makuxi, Taupéang e Wapixana, que ocupam tradicionalmente a região, são as mais de 100 fazendas de criação de gado que invadem suas terras. (CEDI, O Estado de S. Paulo, 31/10/91)

As pressões na terra dos Yanomami

A demarcação da terra Yanomami foi adiada novamente, agora sem nova data. A amnésia em relação ao decreto presidencial, que determinava a demarcação da área até o dia 19 de outubro, virou quimera. O presidente Fernando Collor cedeu às pressões militares, que não aceitam os limites da terra dos índios na fronteira com a Venezuela. Os militares argumentam que existe o risco de no futuro os Yanomami, com apoio de uma potência internacional interessada nos minérios, criarem um país independente.

Outras pressões e argumentos variados foram levados ao presidente: do governador de Roraima Ottomar Pinto, do secretário de Assuntos Estratégicos Pedro Paulo Leoni Ramos, e principalmente do setor de mineração e garimpo que quer entrar no território Yanomami. O ministro da Educação, José Goldenberg, pela segunda vez se envolve na questão da de-

Junqueira tenta manter liminar sobre a terra Yanomami

Os jornais do dia 6/11 publicaram que o procurador-geral da República, Aristides Junqueira entrou no dia 5/11 com um mandado de segurança para restabelecer a liminar do juiz Novely Vilanova Reis, da 7ª Vara de Justiça, de outubro de 1989, que interditou a área de 9,4 milhões de hectares do território Yanomami. O próprio Vilanova resolveu extinguir, em outubro passado, a liminar porque achava que o governo federal estava prestes a demarcar a terra interditada.

Segundo Junqueira, as ameaças à soberania não existem, pois o Exército já está presente nas regiões de fronteira e convive bem com os índios. Ele citou o batalhão do Exército sediado em Surucucus, a 500 metros das malocas Yanomami. "Os militares respeitam os índios e não os molestam. O que eu não aceito é a presença dos garimpeiros no território Yanomami. O Ministério Público vai lutar até a última instância para garantir os 9,4 milhões da reserva indígena e impedir a entrada de garimpeiros em seu território", disse Junqueira. (*Gazeta Mercantil*, 6/11/91)

marcação das terras Yanomami, alegando que os estudos apresentados pela Funai eram antigos (o grupo de trabalho que realizou o levantamento da área Yanomami é de 1984). O ministro acha que os estudos devem ser refeitos, e que se deve levar em conta que a proposta da Funai, com 9 milhões e 400 mil hectares, retirará 42% do estado de Roraima e criará problemas para o desenvolvimento do estado e da mineração.

O contra-almirante Roberto Gama e Silva, em depoimento à CPI da Internacionalização da Amazônia, no dia 31 de outubro, revelou que 21 empresas estão interessadas em minerar na área Yanomami, entre elas Paranapanema, Bracan, Cia Vale do Rio Doce, Andrade Gutierrez, CMP e Tomé Mestrinho, somando uma área de quatro milhões e trezentos mil hectares. (*CEDI*, 11/11/91)

Madeireiros são presos por desmatar área Kadiwéu

No final de outubro, uma delegação de lideranças Kadiwéu foi a Brasília, manifestar suas preocupações junto à Procuradoria Geral da República e à Funai: queriam informações sobre a ação demarcatória que vêm sofrendo de um grupo de fazendeiros invasores, e principalmente denunciar o indiscriminado desmatamento que ocorre exatamente nessa área em litígio.

Antecipando-se a qualquer encaminhamento de Brasília, a Polícia Federal e a Funai/MS realizaram na madrugada do dia 25/10 uma operação que culminou com a prisão do madeireiro Paulo Tomil Shiota e mais 12 pessoas acusadas de desmatamento na área da Reserva Indígena Kadiwéu. Shiota era dono da serraria clandestina Ibirá, onde foram investidos cerca de US\$ 62,5 mil para viabilização da exploração madeireira. A PF apreendeu 43 m³ de caibros e vigas e cerca de duas mil peças de madeira das espécies peroba, quebracho, ipê, quebracho-branco, angelim e jatobá-mirim. Conforme depoimentos dos funcionários presos, já foram retirados da área cerca de 15

Zona de segurança

Os ministros militares pretendem criar uma "zona de segurança", com 20 km de largura, separando toda a área Yanomami da fronteira do Brasil com Venezuela. Essa área, que ficaria sob controle militar, significa na verdade uma redução de um a dois milhões de hectares do território indígena.

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) verificou a existência de aproximadamente 40 comunidades dentro da sugerida zona de segurança. Os dados utilizados foram extraídos de um levantamento realizado em 1988 pela Funai, juntamente com representantes do Conselho de Segurança Nacional.

Segundo esses dados, deve haver mais de 40 aldeias com uma população aproximada de 3 mil índios nessa faixa de 20 km em que se quer criar a zona de segurança, inclusive sugerindo que os índios sejam removidos dela. Nessa região concentram-se as mais importantes reservas minerais de Roraima. (*CCPY*, 8/11/91)

caminhões carregados de madeira e a Funai/MS acredita que ainda existam mais de 3 mil m³ de madeira derrubada no local.

Uma questão importante a ressaltar é que a serraria localiza-se na fazenda Baía dos Carneiros, havendo também evidências de desmatamentos nas fazendas 31 de Março e Terra Fofa. Todas elas estão dentro do território Kadiwéu e fazem parte da área em litígio. Apesar de litigiosa, a área permanece ocupada por fazendeiros que continuam engordando seu gado e, pior ainda, agindo como cúmplices dos madeireiros. Há informações de que Paulo Shiota sub-arrendou a área da fazenda Baía dos Carneiros de Mário Eugênio Peron (chefe de gabinete durante o primeiro mandato de Lúcio Coelho, no governo do Estado) no final de 1989. O envolvimento dos fazendeiros invasores com os madeireiros precisa ser investigado a fundo e demonstra claramente a má fé desse tipo de ocupação e a fragilidade da ação que estão sustentando. (*Correio do Estado-MS e Diário da Serra-MS*, 29/10/91; Jaime G. Siqueira Jr./*CEDI*, 11/11/91)

Sobe número de mortes por acidente de trabalho

"A martelada no dedo dá para esconder, a morte não". Esta frase procura definir um dos lados mais perversos do trabalho no país, os acidentes. Embora os números oficiais demonstrem diminuição no total de acidentes, sindicalistas, técnicos e mesmo autoridades ligadas ao governo dizem que a estatística não é confiável. Embora o número tenha diminuído, aumentou a proporção de mortes por acidentes. Não existe registro da maioria dos acidentes de trabalho, por omissão e falta de estrutura. O número de fiscais não chega a 400 no País. Em São Paulo, onde ocorrem 45% dos acidentes oficialmente registrados, o Ministério do Trabalho tem 90 fiscais.

A relutância patronal em comunicar os acidentes é exemplificada pelo médico Nilton Teixeira, chefe do Departamento de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, onde em 1990 o INSS registrou 8.916 acidentes com 56 mortes. "A gente acredita que o número real seja o dobro do divulgado", disse Teixeira, para

quem a diminuição aparente é fruto da não comunicação. Das 1.200 indústrias metalúrgicas, apenas 303 prestam informações sobre os acidentes.

Praticamente todos os locais de trabalho apresentam riscos. Na construção civil são comuns os casos de morte por quedas, eletrocussão e soterramento. A incidência de surdez é maior nos setores metalúrgico e têxtil. São incontáveis os casos de intoxicação por benzeno e outras substâncias nos setores químico, metalúrgico e de borracha; de mutilação (por prensas no setor metalúrgico/mecânico, por calandras na área de papel e alimentação, por

Ano	Acidentes típicos	Doenças do trabalho	Mortes
1981	534.946	1.613	1.261
1982	499.656	1.544	1.218
1983	430.466	1.443	1.096
1984	425.848	1.373	1.164
1985	476.902	1.822	1.234
1986	523.124	2.639	1.330
1987	484.718	3.043	1.428
1988	446.858	2.161	1.400
1989	420.523	1.866	1.385
1990	309.539	2.259	1.402
Total	4.552.580	19.763	12.918

Fonte: INSS e Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

serras nos setores mobiliário e de construção), e de doenças causadas por postura e por esforço excessivo, fora os problemas cardiocirculatórios e mentais, registrados em todos os ramos. (*Diário do Grande ABC*, 11/11/91)

Morrer cansado de tanto trabalhar

A palavra "karoshi" está em moda no Japão. Significa morrer pelo trabalho, morrer de cansaço de tanto trabalhar. O Ministério do Trabalho recusa-se a reconhecer casos que a imprensa registra com frequência. Se o fizesse, disse o advogado trabalhista Ken Tsuji, diretor da Associação dos Trabalhadores do Japão, seria preciso indenizar as famílias das vítimas.

O Japão é o único país do mundo que ultrapassou a barreira das 2 mil horas trabalhadas por ano. No ano passado cada trabalhador japonês completou a jornada média de 2.052 horas. Na Alemanha, a média é de 1,6 mil horas; nos Estados Unidos e na Inglaterra, 1,8 mil. As estatísticas oficiais indicam que a jornada diária de trabalho é de 7h43, e a semanal, de 40h47. Na realidade, segundo Tsuji, os japoneses trabalham muito mais, porque fazem muitas horas extras.

No pós guerra, entre 1945 e 1955, houve inúmeras greves principalmente no setor automobilístico e de papel e celulose. Na década de 70, as greves reduziram-se a um sexto da década anterior e as rela-

ções trabalhistas pacificaram-se. Esta harmonia, típica do Japão, deve-se especialmente à relação de confiança entre empregados e empregadores. Os empregos são praticamente vitalícios e as empresas assumem a responsabilidade pela capacitação de seus funcionários.

Outra característica do sistema trabalhista japonês é a existência de sindicatos por empresa. Existem no país 70 mil sindicatos, porém, o nível de sindicalização é muito baixo: apenas 12,2 milhões (25,2%) são sindicalizados.

As empresas em geral têm comitês de trabalho, de estrutura semelhante às comissões de fábrica no Brasil, que resolvem grande parte dos conflitos trabalhistas. A taxa de desemprego no Japão é uma das menores do mundo, 2,1%. O país enfrenta escassez de mão-de-obra, o que tem levado milhares de descendentes de japoneses residentes na América Latina a morar no Japão. Em 1988, havia apenas 8 mil trabalhadores latino-americanos no Japão. Hoje, há 150 mil, dos quais 120 mil são do Brasil e 18 mil do Peru. (*Gazeta Mercantil*, 8/11/91)

Operários assumem fábrica e expulsam patrão

Os sindicalistas do ABCD já viram de tudo: greves, passeatas, repressão, ocupação de fábrica, demissões etc. Mas nunca tinham visto um patrão ser demitido por seus próprios operários. Pois foi o que aconteceu numa pequena metalúrgica em Diadema.

Cansados de esperar pelos salários que não vêm desde setembro, os 40 trabalhadores da Metalmafra barraram o patrão Manoel Francisco na porta da fábrica e assumiram a direção da empresa. Logo nas primeiras horas após assumirem, fecharam um acordo de venda de 50 mil peças com a Autolatina no valor de Cr\$ 14 milhões, que dará para cobrir 40% da folha de pagamento dos meses atrasados.

Até dezembro eles esperam colocar em dia as contas da empresa.

Sobre o patrão, dizem que ele só entrará na fábrica se pagar o que deve. (*Jornal do Brasil*, 10/11/91)

"Terceirização" preocupa metalúrgicos do ABC

Um problema que vem preocupando os metalúrgicos ligados às montadoras de veículos do ABC paulista é a transferência de serviços internos para terceiros, a chamada *terceirização*. Na avaliação do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos (Dieese), este processo traz prejuízos à categoria pois reduz suas conquistas e organização.

Desde a fusão da Volkswagen e Ford em 1987, já foram vários os setores que deixaram de ter funcionários da Autolatina e passaram às mãos de empresas prestadoras de serviços. Além das áreas "improdutivas", como departamento médico, jurídico, restaurante e digitação, a *terceirização* vem atingindo também setores produtivos das fábricas, como tapeçaria, montagem de bancos e pneus e escapamentos.

A Autolatina se recusa a falar sobre o assunto, mas as comissões de fábrica da Ford e da Volkswagen sabem que existem planos de *terceirizar* mais setores. "A empresa só não os colocou em execução to-

talmente porque nós interferimos", afirma Sérgio Eleutério, coordenador da comissão de fábrica da Volks. Ele lembra que neste ano a tapeçaria, o setor de chicote e o de montagem de bancos seriam passados para terceiros, mas os trabalhadores conseguiram brejar o processo, sob ameaça de paralisação.

Segundo análise do Dieese, a *terceirização* é uma tendência em todo o mundo, porque traz inúmeras vantagens às empresas, desde a redução de custos até a diminuição no volume de investimentos em desenvolvimento de produtos, mas causa sérios problemas aos trabalhadores. Há, por exemplo, a perda de conquistas sociais e também salariais, pois o salário médio de um metalúrgico de montadora é o dobro da média da categoria. Além disso, nas fábricas de veículos, há vantagens adicionais como transporte e alimentação, assistência médica e odontológica etc, benefícios que os funcionários de empresas contratadas para trabalhar dentro das montadoras não tem. (*Correio Braziliense*, 4/11/91)

Indústrias de Manaus antecipam férias

As principais indústrias do pólo eletroeletrônico de Manaus (AM) decidiram antecipar as férias coletivas de seus trabalhadores, de dezembro para o final deste mês. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, que recebeu comunicado nesse sentido de pelo menos metade das indústrias, nos últimos seis meses já houve 40 mil demissões no setor. Segundo o sindicato, pelo menos dez empresas de grande porte anteciparam as fé-

rias, entre elas Philco, Murata Componentes, Gradiente e Moto-Honda. A CCE já está com a produção paralisada desde o dia 1º de novembro. Pelo cálculo do governo estadual, persistindo a retração no mercado consumidor do Rio e São Paulo, responsável pela compra de 80% dos bens fabricados na Zona Franca, as indústrias eletrônicas vão demitir mais 15 mil trabalhadores na virada do ano. (*Diário do Grande ABC*, 6/11/91)

Estudo mostra evolução de salários na Mercedes

Pertencente a um dos maiores grupos industriais da Europa, que fabrica e vende desde armamentos, aviões, informática e carros, a Mercedes-Benz do Brasil, maior subsidiária do grupo alemão Daimler-Benz, faturou US\$ 1,5 bilhão em 1989 com uma lucratividade de 12%. Um estudo encomendado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema ao Dieese mostra que, entre 1979 e 1989, mesmo tendo crescido no País, a empre-

sa diminuiu a massa salarial de seus trabalhadores. Nos últimos anos o grupo cresceu 21,8%, enquanto a massa salarial só aumentou 8,2%. Intitulado *Mercedes, a estrela de brilho desigual*, o estudo mostra que um operário médio da Mercedes brasileira em 1980 precisava trabalhar 22,5 meses para comprar o caminhão mais barato da empresa. Em 1990 ele teria que trabalhar 97 meses para comprar o mesmo caminhão. (*O Globo*, 7/11/91)

CUT debaterá meio ambiente

"Meio Ambiente, Vida e Trabalho" é o tema do seminário que será realizado nos dias 23 e 24 deste mês, em São Bernardo do Campo, promovido pela CUT Regional do ABC e Baixada Santista, em conjunto com ecologistas da região, para tratar de assuntos como: poluição do ar e suas conseqüências danosas à saúde; destruição das áreas de mananciais (associada ao crescimento desordenado), déficit habitacional, falta de saneamento básico e agressões do parque industrial; contaminação dos rios por dejetos industriais e esgotos residenciais; mortalidade dos peixes; más condições de trabalho e destruição da Mata Atlântica e Serra do Mar, entre outras questões. (*Diário Populário*, 11/11/91)

Aprovado o cadastro do trabalhador

O presidente da Empresa de Processamento de Dados (Dataprev), Adival Rabelo, anunciou a aprovação pelo Ministério do Trabalho, do regimento do Cadastro do Trabalhador (CNT). O cadastro deverá funcionar como um banco de dados, com informações completas de cada um dos trabalhadores brasileiros registrados em carteira desde o seu primeiro dia de trabalho e servirá principalmente, para o atendimento imediato dos direitos trabalhistas e previdenciários, ao mesmo tempo em que o eximirá de provar ao Estado esses direitos. (*O Estado de S. Paulo*, 8/11/91)

Itaipu: geopolítica e corrupção

O CEDI acaba de lançar o vol. 3 da Coleção Dívida Externa: **Itaipu: geopolítica e corrupção**. O livro traz um ensaio do economista Paulo Schilling que faz uma análise sobre a vinculação do projeto Itaipu às origens do endividamento brasileiro. Ricardo Canese, engenheiro paraguaio escreve o 2º capítulo do volume onde revela as nefastas conseqüências do acordo energético à economia de seu país. Pedido a/c do Setor de Distribuição do CEDI. Fone: (011) 825-5544. Preço: Cr\$ 2.500,00

Governo prepara "ciaquização"

O governo decidiu estender às escolas da rede pública de 1º grau a mesma metodologia de atendimento idealizada para o Centro Integrado de Atendimento à Criança (Ciac). A decisão, segundo Alcei Guerra, ministro da Saúde e da Criança, não compromete a construção dos Ciacs. O governo pretende construir 700 Ciacs em 92. "É dinheiro novo", garantiu o ministro.

Além da educação escolar em tempo integral, a criança tem no Ciac cinco refeições diárias, atendimento médico e odontológico, centro esportivo e creche. Ele também funciona como um espaço para a comunidade. O ministro da Educação, José Goldemberg admitiu que em algumas escolas da rede pública será difícil adotar o sistema de atendimento integrado, mas adiantou que será dada prioridade às escolas mais precárias e que têm condições de fazer esse atendimento. A meta é melhorar de duas a três mil escolas em 92, adiantou Goldemberg. "As escolas em que há maiores problemas estão localizadas nas periferias das grandes cidades", informou.

O Ministério da Educação atuará em conjunto com o da Saúde para adaptação das escolas. O governo federal garante os recursos para a reforma daquelas que já têm professores contratados pelas prefeituras. Goldemberg adiantou que vai tentar convencer as prefeituras a aumentarem os salários dos professores, um dos maiores problemas da educação, em sua opinião.

O MEC entra com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que já são utilizados na reforma das escolas, e o Ministério da Saúde, com os recursos do Fundo Nacional de Saúde. De acordo com Goldemberg, existem atualmente cinco mil pedidos de reforma, nas quais é utilizada a metade dos recursos do FNDE: US\$ 150 milhões, do total de US\$ 300 milhões. (*Jornal do Brasil*, 5/11/91)

MEC não dá importância a educação de adultos

O Ministério da Educação, na gestão de José Goldemberg, não tem demonstrado dar importância à educação de adultos. Os recursos para essa área, inicialmente estimados em 24% do orçamento da Secretaria Nacional de Educação Básica, caíram para 4%, previstos para o exercício de 1992.

Desde sua posse, Goldemberg tem dado declarações que enfatizam a prioridade à escola regular, sem acenar com qualquer medida dirigida aos cerca de 30 milhões de analfabetos adultos.

Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (31/10/91), o ministro reafirma aquela ênfase, para "eliminar a fonte de analfabetos que são as crianças que não vão à escola ou que a abandonam logo depois de entrar". Ao mesmo tempo, afirma

que o MEC continua a apoiar programas de alfabetização e que cumprirá as metas do ministro Chiarelli. Dentre estas, encontra-se a de erradicar o analfabetismo junto à população de 15 anos ou mais até 1998, garantindo-lhe escolarização fundamental. É difícil, contudo, conceber o cumprimento de uma meta como essa com a redução de recursos.

Outro fato que ilustra a preocupação oficial com o problema é que a primeira versão da proposta pedagógica para os Ciacs, elaborada recentemente, não abordava a educação de adultos. A questão foi levantada na discussão da proposta com um grupo de educadores, quando se admitiu a necessidade de reformular o documento. (*CEDI*, 11/11/91)

Programa paulista não amplia ensino supletivo

O governador Luiz Antonio Fleury lançou recentemente um amplo conjunto de medidas na área da educação, denominado Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo. Este programa prescreve a não expansão da oferta de vagas no ensino supletivo, tomando como centro das preocupações a universalização do ensino regular.

Mesmo que alunos e professores de cursos supletivos da rede estadual paulista possam vir a beneficiar-se de medidas gerais previstas no programa, a política anunciada é discriminatória e contraria o sentido da legislação, de extensão do direito de educação básica a todos, independente da idade. A Constituição estadual (respaldada na federal) obriga o poder público a "prover o ensino fundamental diurno e noturno, regular e supletivo, ade-

quado às condições de vida do educando que já tenha ingressado no mercado de trabalho" (artigo 249).

As escolas estaduais não abrem cursos regulares de 1ª a 4ª série do 1º grau à noite, restando aos jovens e adultos que necessitam desse atendimento procurar o supletivo. Assim, grande número de trabalhadores ficará impossibilitado de estudar se for posta em prática a orientação do programa de reformas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1987), 10% da população do estado com 10 anos ou mais (cerca de 2 milhões de pessoas) são analfabetos absolutos. Nesta faixa etária, 31% da população (7,5 milhões) não chega a ter quatro anos de estudo. Para este contingente, o ensino supletivo constitui a única alternativa de escolarização. (*CEDI*, 11/11/91)

PT lança campanha por escola pública de qualidade

Cerca de 300 pessoas estiveram em 8/11/91, no Sindicato dos Condutores de São Paulo, no lançamento da campanha *Escola Pública de Qualidade: Possível e Necessária*,

proposta pelo Partido dos Trabalhadores. O ato contou com a presença de diversos secretários de Educação das cidades governadas pelo partido. (*CEDI*, 11/11/91)

Congresso mantém LDB em "banho-maria"

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ainda não tem data certa para ser apreciada e votada pelo Congresso Nacional. O projeto, que está no Congresso há cerca de três anos, recebeu mais de mil emendas durante o primeiro semestre e desde agosto está sendo discutido em regime de urgência pelas comissões técnicas da Câmara.

Além da demora provocada pela quantidade elevada de emendas, o envio do projeto ao plenário está sendo adiado por causa das diversas controvérsias surgidas nas comissões. Um dos pontos mais pro-

lêmicos diz respeito ao papel e composição do Conselho Nacional de Educação, que deverá substituir o atual Conselho Federal de Educação. O ministro da Educação José Goldemberg já se declarou contra a criação do novo órgão, que limita o poder do ministro e amplia a participação da sociedade civil nas decisões.

Devido ao prazo exíguo que o Congresso tem até o final do ano para apreciar as várias matérias que nele tramitam, é bem provável que a votação do projeto de LDB seja adiada, mais uma vez, para 1992. (Daniel Revah/CEDI, 11/11/91)

Collor desiste de ano letivo com 200 dias

Ao mesmo tempo em que começa a implantar os Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs), com regime de tempo integral, o presidente Collor desistiu da idéia de ampliar de quatro para seis horas o período de aula nas escolas convencionais de 1º grau.

O novo horário das escolas deveria entrar em vigor até 1993, mas um decreto presidencial determinou apenas que os alunos de 1º e 2º graus devam ter, no mínimo, 800 horas de aula por ano.

O decreto revogou um outro, de janeiro último, que ampliava o ano letivo de 180 para 200 dias já em 1991, ficando o 1º grau com pelo menos 800 horas de aula por ano. O decreto revogado exigia ainda que, até 93, a carga horária do 1º grau alcançasse o mínimo de seis horas por dia, totalizando 1.200 horas por ano.

O ministro da Educação, José Goldemberg, alegou que o decreto de janeiro criava problemas de "viabilidade operacional". (Folha de S.Paulo, 30/10/91)

Termina greve na rede pública do RJ

A greve de 72 horas dos profissionais de ensino da rede estadual do Rio de Janeiro (80 mil professores e 30 mil servidores de apoio) terminou em 1/11/91, sem um acordo com o governo. A categoria reivindica um piso salarial de Cr\$ 156 mil para professores e Cr\$ 84 mil para serventes e merendeiras, retro-

ativo a agosto. A aplicação do reajuste determinado pelo governo (50% em duas parcelas não cumulativas) levaria os pisos para Cr\$ 88,3 mil (professores) e Cr\$ 46,1 mil (pessoal de apoio) em dezembro. (Cezar Faccioli/Gazeta Mercantil, 1/11/91)

Professor recebe como trabalhador desqualificado no NE

Apesar de serem obrigados por lei a ter o 2º grau completo, grande parte dos professores da rede estadual de ensino no Nordeste ganha salário mínimo, ou seja, o mesmo que recebem os trabalhadores não qualificados.

No final de outubro, em Brasília, onde se reuniram para discutir saídas para o ensino básico, os secretários estaduais de Educação do Nordeste realizaram um levanta-

mento dos salários iniciais do magistério. Eles concluíram que se for retirada a gratificação conhecida como *pó-de-giz*, uma espécie de taxa de insalubridade, os salários iniciais dos professores em sete dos nove estados nordestinos são inferiores ou iguais ao salário mínimo. Incluindo a gratificação, três estados - Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte - continuam pagando o mínimo. (Terezinha Nunes/Jornal do Brasil, 5/11/91)

Dados 1

No Brasil, 29,4% da população economicamente ativa é composta de crianças e jovens de até 17 anos.

Dados 2

Na área rural, só 15 alunos, em cada mil que se matriculam na 1ª série, completam o 1º grau.

Dados 3

Da 1ª para a 2ª série, 50% dos alunos abandonam a escola nos estados nordestinos; no Sudeste, este número é de 15%. (Folha de S.Paulo, 7/11/91)

Salário inicial do professor no NE

ESTADO	SALÁRIO	"PÓ DE GIZ"	TOTAL
Maranhão	42.000,00	70%	70.000,00
Piauí	42.000,00	0%	42.000,00
Ceará	31.000,00	40%	43.000,00
Rio G. do Norte	26.000,00	30%	42.000,00
Paraíba	38.000,00	60%	60.000,00
Pernambuco	83.900,00	15%	96.000,00
Alagoas	42.000,00	40%	58.000,00
Sergipe	42.000,00	50%	63.000,00
Bahia	58.000,00		58.000,00

(Fontes: Secretários Estaduais de Educação/Jornal do Brasil, 5/11/91)

Otan continua sob hegemonia dos EUA

A "ameaça comunista" não existe mais, mas a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar dos países da Europa ocidental junto com EUA e Canadá) continua, e busca um novo e mais abrangente papel, reafirmando a tradicional hegemonia política e militar norte-americana. Foi este o sentido da reunião de cúpula da Otan, que ocorreu em Roma nos dias 7 e 8/11. "A segurança europeia e americana é indivisível", declarou o presidente George Bush no fim do encontro. "A Otan não precisa de um inimigo soviético para ficar unida" - acrescentou - "daqui para frente a organização será me-

nor, mais móvel, mais flexível, capaz de proteger todos os aliados contra qualquer ameaça".

A reunião de Roma representou um marco na história da Otan. Fundada no fim da década de 40 para proteger a Europa ocidental de um eventual ataque soviético, a Aliança Atlântica chegou a ser considerada inútil depois do desmoronamento do bloco socialista. França e Alemanha chegaram a planejar a constituição de uma força militar europeia autônoma e independente dos EUA. Em Roma o presidente Bush fez voz grossa, e mais uma vez a vontade política norte-ameri-

cana prevaleceu. No fim da reunião, os líderes dos países membros assinaram uma declaração que reconhece explicitamente a hegemonia dos EUA sobre a organização. Apenas a França continuou defendendo a idéia de uma força de defesa europeia independente, mas que não crie obstáculo à atuação da Otan, a qual pode transformar-se em uma grande força de intervenção militar, disponível para atuar no mundo inteiro e não mais apenas no âmbito europeu. A Guerra no Golfo foi um primeiro exemplo dessa nova possível atuação. (CEDI, 11/11/91)

México faz contra-reforma agrária

O presidente mexicano Carlos Salinas propôs nesta semana uma série de reformas constitucionais com a finalidade de dismantlar a reforma agrária no país, uma das mais consagradas instituições da Revolução Mexicana. Salinas propôs eliminar a obrigação constitucional do governo de distribuir terra aos camponeses. No início deste século, dezenas de milhares de camponeses morreram na luta de

sete anos por "Tierra y Libertad", e o líder da revolução, Emiliano Zapata, ainda hoje é um herói nacional.

Salinas quer agora que as grandes empresas agrícolas particulares possam comprar as milhares de fazendas comunitárias dos camponeses pobres beneficiados no passado pela reforma agrária. É uma jogada para atrair investimentos estrangeiros para o atrasado interior mexica-

no e promover a exploração agrícola em larga escala. Seu projeto. Metade das terras cultiváveis do país pertence a 28 mil *ejidos* - uma espécie de fazendas comunais nascidas da determinação revolucionária de acabar com os gigantescos latifúndios. A maioria das fazendas é dividida em pequenos e ineficientes lotes de menos de 4 hectares. (Los Angeles Times, 9/11/91)

Nazista norte-americano pode ser eleito governador

"Quero aprender alemão para poder ler no original a obra do maior gênio da história, Adolf Hitler". Assim respondia, em 1969, o então estudante norte-americano David Duke para quem perguntava a razão do seu interesse pelo idioma germânico. Alguns anos depois, Duke foi eleito grão-vizir do Ku-Klux-Klan, o posto máximo da famigerada e violenta organização ra-

cista americana. Nas próximas eleições, Duke poderá tornar-se o novo governador da Lousiana, democraticamente eleito pelo povo, na legenda do Partido Republicano, o mesmo do presidente George Bush.

O fato de ele ter renegado seu passado nazista e se dissociado do Klan, renascendo na pele de um cristão fundamentalista, não diminui o medo que vem causando nos

EUA a possível ascensão desse líder de extrema direita na cena política nacional. Nas pesquisas, Duke está empatado com o candidato democrata, o ex-governador Edwin Edwards. Assustado, até o presidente Bush convidou os eleitores da Lousiana a não votar no seu companheiro de partido, que definiu como um "charlatão hipócrita". (O Estado de S. Paulo, 11/11/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL